

POR UMA GEOGRAFIA DOS INDICADORES SOCIAIS PARA ALÉM DOS NÚMEROS: O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB COMO INSTRUMENTO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Daniel Godoy¹
Paulo Roberto Rodrigues Sociare²

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo do ordenamento territorial da educação básica no Brasil a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Como dados foram utilizados textos de publicações científicas, leis, projetos de leis, fontes secundárias e notícias da imprensa tratados via metodologias de análise de conteúdos e de discurso direto. Constatamos que a produção do IDEB gera um sistema de práticas de produções, de usos e de apropriações do indicador educacional que constrói discursos os quais materializam um sistema de mediação no espaço geográfico pela configuração de circuitos técnicos compostos por um sistema de objetos técnicos que articulam textos, relatórios, sites, vídeos, eventos etc. e a produção de leis. Configurando um sistema de representações do espaço e de espaços de representação. Utilizados por Comunidades Epistêmicas e Estado para influenciar discussões públicas e a construção da realidade projetando ação política no território a longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Social; Indicadores Sociais; Indicadores Educacionais; Comunidades Epistêmicas; Ordenamento Territorial

TOWARDS A GEOGRAPHY OF SOCIAL INDICATORS BEYOND NUMBERS: THE BASIC EDUCATION DEVELOPMENT INDEX - IDEB AS AN INSTRUMENT FOR TERRITORIAL PLANNING

ABSTRACT

This article presents a study of the territorial ordering of basic education in Brazil based on the Basic Education Development Index (IDEB). Texts from scientific publications, laws, bills, secondary sources and press reports treated via content analysis and direct speech methodologies were used as data. We found that the production of IDEB generates a system of production practices, uses and appropriations of the educational indicator that constructs discourses which materialize a system of mediation in geographic space through the configuration of technical circuits composed of a system of technical objects that articulate texts, reports, websites, videos, events, etc. and the production of laws. Configuring a system of representations of space and representation spaces. Used by Epistemic Communities and the

¹Doutor em Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), contatodanielgodoy@gmail.com

²Doutor em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), paulo.soares@ufrgs.br

State to influence public discussions and the construction of reality by projecting political action in the territory in the long term.

Keywords: Social Geography; Social Indicators; Educational Indicators; Epistemic Communities; Territorial Planning

1. INTRODUÇÃO

Este artigo traz uma análise sobre o processo de territorialização (HAESBAERT, 2013) de um indicador³ educacional buscando demonstrar a lógica geográfica e territorial da ação política no espaço, analisando a racionalidade instrumental e a artificialidade técnica utilizada para transformar os espaços sociais (DI MÉO, 2008; SIMMEL, 2013; LEFEBVRE, 2013) e o espaço geográfico do Sistema de Escolas da Básica do Brasil para fins de regulação política e agenciamento territorial dos desempenhos institucionais apontando a existência de uma Geografia Social pertinente aos nexos entre a Geografia e a produção de indicadores sociais.

A partir do Decreto 6.094 de 2007, através do Compromisso Todos Pela Educação, foi institucionalizado o Índice de Desenvolvimento da Educação - IDEB, marcando a criação de um novo indicador educacional, gerado a partir de provas de proficiência em língua portuguesa e matemática. O indicador é caracterizado por ser um dispositivo de monitoramento educacional, com efeitos multidimensionais e pragmáticos sobre a racionalidade política do modelo de gestão e de promoção dos ciclos de políticas públicas educacionais. Com o argumento de que havia a necessidade de um índice internacionalmente comparável que gerasse instrumentos de resumo estatístico, o IDEB foi também articulado, de modo estratégico, para fins de controle e comando da agenda Compromisso Todos Pela Educação, bem como, do seu Plano de Metas ao ser vinculado Estrategicamente ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e a racionalidade do ordenamento territorial e das geografias das oportunidades pelo Ministério da Educação - MEC.

O IDEB foi institucionalizado através do Decreto 6.094, tornando-se o elo operacional

³ O *Movimento Todos Pela Educação* é uma organização da sociedade civil brasileira, fundada em 2006, que atua na defesa e promoção de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação básica no país. Seu trabalho inclui pesquisas, monitoramento de indicadores educacionais e advocacy para influenciar a formulação de políticas educacionais baseadas em evidências. A ONG foi fundada e inicialmente financiada com a participação de pessoas ligadas ao setor financeiro e industriais como o aço. Site: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/>

de ligação entre o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e todos os seus programas institucionais e de intervenção educacional no território brasileiro. A estratégia utilizada foi estabelecida em texto de decreto de lei, instituído pelo presidente da República. Tal estratégia, também instituiu um painel de metas, linhas de regulação e de controle, articulando um conjunto de intenções de promoção de mudanças a mobilização por conformação das escolas do País em relação aos interesses da Gestão de Governo e do plano de metas, tornando-se o principal dispositivo de mediação entre a racionalidade da gestão do PDE, o exercício de poder para pressionar a conformação no cumprimento do plano de metas, a articulação de novos discursos que vinculam um conceito de eficiência ao conceito de dispositivos de controle social via o gerenciamento de um plano de metas e para fins de ordenamento territorial da gestão da educação em escala nacional.

De tal modo que, a partir do Decreto 6.094 se institucionalizou uma teia de relações, por meio de articulações diretas entre o IDEB e os seguintes discursos científicos: **1.** Discurso do ordenamento territorial; **2.** O discurso do desenvolvimento sistêmico; **3.** O discurso da mobilização nacional através de um regime de colaboração. Estes três discursos compõem uma narrativa de gerenciamento e regulação educacional que projetou ações, executadas por modos de subjetivações e objetivações operados como vetores para as práticas de gestão de Governo na Educação de massa, através da articulação e vínculos entre Compromisso Todos Pela Educação e o PDE.

Tais articulações foram institucionalizadas e territorializadas em escala nacional, ocorreu através da territorialização de um plano de metas, o qual descentralizou a responsabilidade para cada escola do sistema e as instâncias de gestão estadual e em especial a municipal, de modo que, cada escola do território nacional se tornou sujeita de novos vetores de pressão, de responsabilização, de culpabilização, entre outros mecanismos de agenciamento que podemos associar a institucionalização do IDEB, que intensificaram os efeitos de tensão na institucionalização de uma cultura da avaliação e da performatividade no Brasil.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi enquadrado epistemologicamente nesta pesquisa realizada, como um “objeto técnico” tendo referência na teoria geográfica de Milton Santos (1995) e na abordagem feita por Milléo (2005) e Godoy (2019) que inscreve os indicadores sociais em uma perspectiva que os observa como elementos materiais resultantes de forças de produção social que os geram e inscrevem a partir da “tecnoesfera” na “psicoesfera” do “espaço geográfico” (SANTOS, 1995) como objetos de

mediação nos sistemas de fluxo de ações que transformam o espaço.

A estrutura metodológica adotada realizou estudos de casos, estudando indicadores sociais sintéticos que expressam a relevância do fenômeno técnico estudado na atualidade e que nos permitem compreender melhor a relação entre as estatísticas sociais, a construção simbólica do espaço e suas relações com a captura por abstração estatística do espaço geográfico e sua transformação em “meio técnico científico e informacional” (SANTOS, 1995).

O estudo de caso aqui apresentado teve por objetivo aprofundar a investigação nas discussões sobre os indicadores sociais na atualidade e sua relação com os paradigmas dos modelos de desenvolvimento. Avaliando como podemos analisar estes processos a partir de uma perspectiva da Geografia Social (DI MÉO, 2008) que adote ou proponha pensar uma “virada epistemológica” (HEIDRICH; COSTA; PIRES, 2013).

2. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Os dados para as análises de verificação das hipóteses de trabalho foram classificados em fontes primárias e secundárias. Sendo as primárias: **a)** documentos de políticas como textos de leis, projetos de leis e relatórios técnicos relacionados ao IDEB os quais receberam leitura e análise de conteúdo com auxílio de técnicas de análise do discurso direto com uso da plataforma Iramuteq; **b)** textos de publicações científicas de apresentação e discussão sobre o IDEB publicados entre 2007 e 2017. Os quais foram lidos e de seus textos composto um *corpus* de dados textuais para exploração por técnicas de análise de discurso direto; **c)** notícias e conteúdos de mídias de divulgação e comunicação de indicadores sociais publicadas entre 2007 e 2017; **d)** além dos dados textuais foram acompanhados palestras, debates e exposições de discussão feitas em eventos para verificação dos mapeamentos de discursos e enunciados. Com base no enquadramento teórico sobre os indicadores sociais feito por Milléo (2005) a partir de Santos (2002) consideramos o IDEB como um objeto técnico produzido como dispositivo de ordenamento e agenciamento territorial da Educação. Situamos os indicadores educacionais na dimensão da “psicosfera” e da “tecnoesfera” do espaço (SANTOS, 1955)⁴, composta pelas

⁴“considerando a natureza do “espaço geográfico como um conjunto de sistemas de objetos indissociável dos sistemas de ações” e tomando o conceito de território como dimensão política do espaço geográfico poderíamos definir “psicoesfera” muito mais como um fator em um duplo sentido: ela não é isolável e acha-se entretecida à esfera técnica do território e, portanto, a um momento nodal histórico e, sem nenhum romantismo de nossa parte, poderíamos dizer, – é o espírito de uma época (Zeitgeist).

ideias, teorias científicas e pelos objetos técnicos de sua comunicação no espaço geográfico. Estas relações entre trabalho científico e comunicação revelam uma Geografia Social da ação em que os nexos entre representação e ação podem revelar complexidades e as racionalidades geográficas e territoriais da ação política no espaço (DI MÉO, 2008).

3.TERRITORIALIZAÇÃO DO IDEB: VERTICALIDADE E HORIZONTALIDADE DA AÇÃO POLÍTICA

A análise da “verticalidade” e da “horizontalidade” da ação política mediada pelo IDEB no território em escala nacional (SANTOS, 1995), permite-nos reconhecer mecanismos pelos quais o indicador educacional é produzido e a racionalidade de hegemonia técnica e política por ele mediada. No caso do IDEB, a ação política territorializada foi projetada de maneira vertical, sem considerar as amplas discussões dos campos científicos da Educação no Brasil e a agenda construída através dos espaços de democratização como fóruns e outros espaços de participação e de controle social da democracia brasileira.

A territorialização observada foi via a verticalidade de uma ação política projetada para agir em escala nacional com finalidade reguladora e que tivesse uma duração de longo prazo, que inscreve no território nacional um modelo de regulação gerencialista dos sistemas de gestão escolar e de práticas pedagógicas. Modelando sistemas de valores e subjetividades ao inserir uma razão, valores e sentimento de competitividade, articulando objetivação e subjetividades a princípios normativos de avaliação em proficiência em português e matemática através de um outro objeto técnico, a Prova Brasil⁵.

A análise de Schneider e Nardi (2014) avaliam se diante dos objetivos de estabelecer o IDEB como um instrumento de *accountability*, houve algum avanço efetivo no esforço de se criar um instrumento de aferição de qualidade da educação básica. Uma vez que foi produzido um objeto técnico para operar como um “dispositivo de poder” (CHIGNOLA, 2014; ALEIKSEIVZ, 2016), para avaliação e monitoramento da educação básica com fins de melhorar sua qualidade.

“Psicoesfera” é a paráfrase virtuosa de Milton Santos para o conjunto de crenças, desejos, hábitos, linguagem, sistemas de trabalho, associados ao espírito de uma época. (SANTOS, 1988b, p.313)” KAHIL, 2010)

⁵ A *Prova Brasil* é uma avaliação nacional aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para medir o desempenho dos estudantes do ensino fundamental em Língua Portuguesa e Matemática. Seus resultados são utilizados para compor o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e subsidiar políticas educacionais.

A tese de Alves, Barros e Corrozza (2018) defende que o IDEB escamoteou uma lógica política de transformação de sentido e significado da educação brasileira que retira sua qualidade por modificar os significados tanto da qualidade como do conceito histórico de Educação. Ao se reconhecer nos discursos e representações sobre o IDEB uma “política do signo” e uma “matriz de significação” (GUELMAN, 2007) que tende a (re)configurar sentidos de qualidade da educação no uso e apropriação do IDEB na dimensão do cotidiano, podemos perceber então que há inscrições de valores de mercado, ideologias de competitividade territorial e uma lógica de mercantilização no significado de Educação, territorializando uma “biopolítica” para este fim que por sua vez revela um processo de regulação e agenciamento territorial das instituições de ensino (HARDT; NEGRI, 2004).

A nossa tese é que o discurso circulante na proposição do Ideb promove uma mudança de sentidos sobre a educação pública, alterando o processo de identificação dos sujeitos com a educação, que passa a ser significada como mercadoria; e o direito à educação como moeda mercantil. Nesse processo está empenhado o confronto do político com as políticas públicas, sendo o político a própria divisão e direção de sentidos, e as políticas públicas pensadas como aquilo que direciona os sujeitos individuados em suas relações com o Estado e a sociedade (ALVES, BARROS E CORROZZA, 2018 P. 31).

O caso do IDEB é um exemplo de configuração entre racionalidade técnica, política, científica e informacional e a confluência política entre “Comunidades Epistêmicas” (HAAS, 1992; MACHOÑ et al, 2018) e Estado. Esta relação está criando processos de “normatização” e “normalização” dos espaços e dos territórios escolares (SANTOS, 1995) com finalidade de ordenamento territorial.

A produção e territorialização do IDEB enquanto um fenômeno técnico, eminentemente político pode ser melhor compreendido pelos mecanismos pelos quais os agentes do ordenamento territorial operam e criam determinadas tecnologias de políticas para transformar o espaço social e geográfico em “meio técnico científico e informacional” para projeção da ação e capilarização da agenda política no território (SANTOS, 1995). No caso do IDEB é possível reconhecer a influência do campo simbólico gerado em torno de Comunidades Epistêmicas multi territorializadas e articuladas em torno das agendas da OCDE⁶.

⁶ A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma instituição internacional fundada em 1961, composta por países-membros com objetivos de promoção do desenvolvimento econômico, da governança democrática e de políticas públicas. A OCDE produz pesquisas, estabelece padrões internacionais e fornece recomendações em diversas

Machon (2018) ao analisar a investigação das redes de profissionais, coloca que os estudos se fundamentam em referenciais teóricos estabelecidos em Foucault (1970; 1980), cujas contribuições destacam o conhecimento como uma construção baseada na inter-relação entre regras sociais e a *episteme*. Expandindo a abordagem foucaultiana, Ruggie (1975) ampliou o conceito epistêmico ao examinar o papel das comunidades epistêmicas na institucionalização de políticas em contextos internacionais. Para o autor, essas comunidades não apenas interpretam a realidade social, mas também estabelecem relações causais que orientam a formulação e implementação de políticas públicas (RUGGIE, 1975).

Com base nesse referencial então, Haas (1992) aprofundou a concepção de comunidade epistêmica ao defini-la como uma rede composta por profissionais dotados de elevado grau de especialização e competência em determinada área do conhecimento. No interior dessas redes, são compartilhados, portanto,: **(i)** um conjunto de convicções normativas e valores, **(ii)** pressupostos causais, **(iii)** critérios de validade e **(iv)** implicações políticas, formando um arcabouço que estrutura o processo de produção e difusão do conhecimento. O reconhecimento da autoridade epistêmica desses profissionais confere legitimidade à sua capacidade de avaliar criticamente o estado do conhecimento em seus respectivos domínios (Haas, 1992, p. 7-14).

O IDEB foi instituído pelo decreto presidencial 6.094 de 2007, em um governo progressista, para ser o indicador de verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso Todos Pela Educação e do Plano Nacional de Educação (PDE), que trouxe um plano de metas advindas de uma agenda específica com origem localizada na Comunidade Epistêmica construída a partir de ações do Todos Pela Educação⁷, movimento formado por representantes da elite nacional, com destaque para o setor do aço e do setor financeiro, pessoas públicas, especialistas em avaliação educacional, jornalistas e editores especializados em Educação que se articulam por meio das agendas políticas da UNESCO e da OCDE. Todavia, não podemos colocar que a comunidade epistêmica gerada a partir do Todos Pela Educação tenha sido a única atuante na institucionalização do IDEB e do PDE. Foi possível

áreas de influência, incluindo Economia, Educação, Inovação e Meio Ambiente. Destaca-se sua atuação articulada ao Banco Mundial (BM) na promoção de políticas de avaliação em larga escala desde a década de 1970 atuando diretamente junto aos ministérios da Educação e a UNESCO através de consultores *ad hoc*.

⁷As pesquisas de Carvalho (2009; 2011) analisam os efeitos de regulação do PISA em Portugal e no mundo observando os mecanismos de mercantilização dos sistemas educacionais operados via a actância do indicador educacional da OCDE. Além deste processo de mercantilização crescente, Carvalho (2018) vem observando a presença de novos atores neste processo, que convergem com a ideologia do PISA mas agem a partir do terceiro setor.

identificar uma outra Comunidade Epistêmica muito influente que atua junto ao INEP composta fundamentalmente por pesquisadores expertos em análises estatísticas, em Demografia e Economia da Educação cujo foco é o fluxo escolar e a avaliação externa da Educação brasileira.

Art. 3º “A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB” (BRASIL, 2007)

A convergência de forças destas duas Comunidades Epistêmicas teve potência para inscrever o IDEB como objeto técnico estratégico da Política Nacional para a Educação Básica no país. Projetando sua ação no espaço geográfico pelo poder de regulação territorial do governo federal sobre os espaços escolares dos sistemas e redes da educação básica no Brasil. Instaurando um paradigma gerencialista e utilizando a “performatividade” como “tecnologia política” e de ordenamento territorial (BALL, 2004; 2005; 2010). Esta articulação técnica, visou ganhos em resultados do indicador e o gerenciamento do processo de territorialização de uma metodologia de avaliação e monitoramento de desempenhos que agência no território tanto, crianças e professores como, escolas, gestores públicos, imprensa, consultores técnicos, pesquisadores e prestadores de serviços especializados para aferir estatisticamente a qualidade da educação básica.

O Decreto 6.094 de 2007 foi articulado com o Plano de Desenvolvimento da Educação lançado também em 2007 potencializando a função de ordenamento territorial do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Que ao projetar para o território uma ação política a ser inscrita nos espaços escolares. Independente de tensões com os campos de discussão e de prática educacional no país, ao chegar no chão, no contexto do trabalho nas escolas, gerou então um conjunto de tensões, dismantelamentos e de inscrição de um novo *ethos* em conflito com práticas pedagógicas construídas historicamente no campo educacional brasileiro e no cotidiano das escolas em suas heterogeneidades. Tensões e conflitos, que podem ser melhor compreendidos em estudos de caso junto a professores e gestão escolar, como os realizados por Ivo e Hypolito (2015), que identificam a substituição do conceito histórico de Educação por um conjunto de significados de treinamento e resultado.

No texto do Plano Nacional da Educação (2007) o IDEB foi apresentado como um dispositivo de promoção de políticas intersetoriais e que inscreveria uma nova racionalidade de

ordenamento territorial da educação básica no Brasil por meio da aplicação de um conjunto de técnicas e metodologias de avaliação educacional em larga escala, para o alcance de um ordenamento territorial que possibilitasse gerar maiores oportunidades educacionais e reduzir as desigualdades. Segundo o PDE (2007) o IDEB foi concebido para ser utilizado como meio de diagnóstico educacional e para promover “enlace” entre espaço escolar, território e gestão educacional em escala nacional.

“O enlace entre educação e ordenação territorial é essencial na medida em que é no território que as clivagens culturais e sociais, dadas pela geografia e pela história, se estabelecem e se reproduzem. Toda discrepância de oportunidades educacionais pode ser territorialmente demarcada: centro e periferia, cidade e campo, capital e interior. Clivagens essas reproduzidas entre bairros de um mesmo município, entre municípios, entre estados e entre regiões do País. A razão de ser do PDE está precisamente na necessidade de enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais. Reduzir desigualdades sociais e regionais...” (HADDAD, 2008 p.21)

As questões de táticas e estratégias imbuídas na produção do indicador pode ser analisada a partir da lógica da territorialização (HAESBAERT, 2013) pode nos ajudar a entender o discurso e a narrativa territorial de Fernando Haddad no PDE (2008), quando trouxe a ideia de produzir um indicador como dispositivo de enlace entre Educação e ordenamento territorial para tratar da questão das clivagens culturais e sociais do Brasil.

A “territorialização” dessa racionalidade política expressa por Haddad (2008) é expressa pelos processos de produção do IDEB (marco legal, elaborações técnicas e conceituais, confecção dos instrumentos como provas para a aplicação, produtos de publicidade e comunicação social, treinamentos para a aplicação, etc.). Como também na “desterritorialização” dessa ação, que envolve a coleta dos dados para a análise e processamento estatístico. Essa lógica de territorialização-desterritorialização também envolve substituir um *ethos* de educação com referência em contextos históricos e valores humanos universais por um *ethos* da “cultura da performatividade” (BALL, 2012), com referência no treinamento, performances, resultados, metas e métricas quantitativas.

Com a divulgação dos resultados, o alcance ou não das metas, são publicados e ocorre então uma “reterritorialização” pelo uso e apropriação social do IDEB nos diversos campos sociais e contextos sociais das práticas junto a imprensa, as gestões e nas escalas. Uma nova racionalidade territorial da ação política dotada de uma racionalidade de regulação de ordenamento territorial das geografias da educação básica se torna possível a partir da produção e territorialização do IDEB.

Conforme podemos observar no PDE (2008) escrito por Fernando Haddad. Uma interpretação a partir da Geografia Social nos permite perceber o nexos entre representação e ação política (DI MÉO, 2008), projetada para a ordenar territorialmente as desigualdades educacionais da Educação Básica no Brasil. Essa lógica da ação política, projetada no tempo a longo prazo e sobre todo o território nacional construída a partir do trabalho de expertos e atuação de atores políticos, revela a inscrição de uma racionalidade instrumental e a institucionalização de uma tecnologia de controle social que usa da verticalidade da ação para regular espaços sociais, construindo simbolicamente novos controles simbólicos e também operacionais para as atividades de gestão, ensino e aprendizagem. Essa lógica política e territorial, demonstra tanto a identidade dos agentes da hegemonia, como as linhas de força atuantes na produção de políticas educacionais, delineiam os caminhos para o trabalho de produção do indicador educacional e seus efeitos, funções e paradigmas com seus impactos nas atividades profissionais e identidades dos professores, funcionários das escolas e estudantes ao territorializar também uma nova governamentalidade algorítmica híbrida entre o analógico e o digital, viabilizada pela produção e uso dos indicadores de avaliação territorial (BALL, 2004).

De modo que, coloca em fluxo de ações no espaço geográfico e nos espaços sociais das escolas, das gestões municipais, dos órgãos e das instituições de governo como o INEP, um sistema de regulação e uma agenda política produzida por uma Comunidades Epistêmicas entre outros agentes e atores do campo educacional, que atuam no agenciamento e na territorialização de políticas educacionais em larga escala.

A questão social em torno do Ideb mostra o quanto o ator legitimado (política) atua para a estabilização dos conceitos que lhes interessam na sociedade, mas que produz fissuras que podem ser ressignificadas. Observemos que, com o Ideb, a noção de qualidade em educação foi redefinida. A partir disso, o sujeito de direito passa a ser identificado com esse novo paradigma da educação, produzindo sentidos, então, a partir de novas condições de produção. A mudança das condições de produção do processo de assujeitamento, com o advento do Ideb, e os seus discursos circulantes sobre qualidade na educação, vem produzindo uma relação sinonímica entre quantidade e qualidade a partir de seu caráter material na relação com o mundo, efeito também do trabalho da ideologia (ALVES, BARROS E CORAZZA, 2018 P. 37).

O que fica evidenciado no processo de institucionalização do IDEB é uma racionalidade burocrática, uma tentativa de regulação territorial intersetorial e uma política econômica, diretamente relacionada às estratégias promovidas por uma linha de força comum ao agenciamento territorial do Banco Mundial, ao Movimento Todos Pela Educação e ao modelo

gerencialista para a gestão escolar. Como apontam Alves, Barros e Corrozza (2018), estamos diante de uma razão mercantilizadora. O IBEB apresenta uma baixa eficácia para melhorias na qualidade da educação. Mas, é objeto técnico central na mediação de controle social gerencialista que impõe estrategicamente uma tecnologia política como uma tecnologia de política pública.

O IDEB foi produzido como um objeto técnico informacional e dispositivo de poder, utilizado pela hegemonia técnica e política de sua produção, para estabelecer sua agenda política e os nexos de poder e regulação social no espaço do vivido da sala de aula. No caso do IDEB a agenda política é trabalhada continuamente pela Comunidade Epistêmica articulada pelo Todos Pela Educação via uma articulação com as mídias de massa que populariza “representações sociais do espaço” (MOSCOVICI, 2003; GILL FILHO, 2005; BONFIM, 2012) e territórios escolares com foco em ranking, operados como actantes espaciais e “significantes vazios” (LACLAU, 1996) estabelecendo uma ordem simbólica para um espaço de representação para o culto ao melhor desempenho e as melhores práticas.

A promoção do IDEB e da hegemonia da comunidade epistêmica do Movimento Todos Pela Educação foi estabelecida por articulações com o campo da publicidade e da comunicação de massa. Veiculando uma matriz de significação tática em canais de televisão, revistas de circulação de bancas cujo público alvo eram professores, com inserções em televisão e internet com foco em público geral, caracterizando um plano de divulgação promovido pelo Pacto Todos Pela Educação e sua política do signo, que estabelece o indicador como um “significante vazio” de sua tática política e de advocacy, que indiretamente acaba promovendo o desmantelando o conceito histórico de Educação e inscrevendo um significado performativo de treinamento e resultado (LACLAU, 1996).

A institucionalização do IDEB marcou um momento no qual o conceito de qualidade na educação básica no Brasil passa então a ser substituído por uma metáfora de desempenho via a promoção de ações políticas que dão o sentido de projeção no tempo aos resultados auferidos. Atuando como forças de contingenciamento das outras epistemologias e sistemas de práticas educativas territorializadas (ARENDT, 1997; ORTEGA, 2001). Esta racionalidade promove relações sociais, epistemologias e valores típicos de uma “cultura do desempenho” na escolarização das crianças e com efeitos gerencialistas no trabalho dos professores brasileiros (LYOTARD, 1998; BALL, 2004; 2005; 2010).

4. NARRATIVAS, DISCURSOS, IDEOLOGIAS E REPRESENTAÇÃO EM TORNO DO IDEB

Nesta seção apresentamos uma análise do campo discursivo do período inicial da produção do IDEB no Brasil. Foram analisados uma amostra de vinte e quatro artigos científicos referente as publicações encontradas para os anos de 2007 e 2017. Também, analisamos uma amostra de 20 notícias da imprensa referente ao ano de 2017 cujo o foco principal foi o indicador.

Ao mapearmos os lugares de enunciação, os agentes e atores que atuam na territorialização da produção, uso e apropriação do IDEB, reconhecemos o destaque dos discursos e narrativas do Movimento Todos Pela Educação o identificando como promotor de uma Comunidade Epistêmica hegemônica e muito atuante na produção, uso e apropriação do IDEB. Se territorializando no país como um agente hegemônico com força de influência no ordenamento territorial da educação básica e inscrição do paradigma gerencialista na gestão educacional e das práticas pedagógicas no território nacional.

Os espaços de representação construídos e inscritos na “psicoesfera” do espaço geográfico (SANTOS, 1995), a partir da produção, uso e apropriação do IDEB evidência uma matriz de significação típica da “cultura do desempenho” (LYOTARD, 1998) denunciando a presença de uma “tecnologia política” e da “performatividade” apontada como caracterizadas por Ball (2004). Estas representações inscrevem e configuram um sistema de mediações o qual permite a projeção da ação política no território para longo prazo (DI MÉO, 2008), ao mesmo tempo, que permite o fluxo da ação nos espaços sociais e no espaço geográfico. Tal lógica geográfica e comunicacional territorializa portanto, não somente um indicador educacional e um paradigma de gestão, como toda uma cultura a qual se inscreve desmantelando outras culturas pré-existentes e suas epistemologias cunhadas em sistemas de valores locais e regionais.

Podemos então reconhecer a potência e o poder de um indicador educacional sendo utilizada como “actante” espacial e territorial (DI MÉO, 2008) a semelhante modo ao Programa Internacional de Avaliação de Alunos -PISA da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por produzir “representações do espaço”, “espaços de

representações” (LEFEBVRE, 2014), modos de regulação e os padrões de normalização necessários a mercantilização dos sistemas educacionais e a sua negociação em mercados de títulos (BARROSO, DE CARVALHO, 2008; CARVALHO, 2009; 2011, 2016; 2018). Tal racionalidade de regulação territorial e institucional permite construir sistemas de espaços de representações articulados por uma narrativa e um sistema de valores racionalizado para gerar no espaço geográfico um ordenamento territorial específico e voltado a tecnologias políticas gerencialistas (BALL, 2005).

5. O IDEB NO DISCURSO CIENTÍFICO

Identificamos nas análises a semelhante modo como aponta a literatura especializada na área da Educação, que há dois grandes campos discursivos distintos nas narrativas científicas diretamente relacionadas a campos teóricos, políticos e ideológicos da Gestão da Educação. que se refere a discursos inscritos em teorias e referências da Teoria Crítica e ao culto do gerencialismo. A partir do gráfico de dispersão do léxico da Figura 1, foi possível reconhecer os assuntos chaves tratados, de modo que observamos estudos que adotam elementos e valores da administração científica empresarial e da linguagem corporativa gerencialista, típicas da esfera da gestão de organizações de setores privados para defender o uso e a adoção do IDEB como algo positivo para a qualidade da Educação Básica. Por sua vez, os estudos pautados na Teoria Crítica possuem outro léxico e tratam o tema através de assuntos diferentes, denunciam que o indicador não é capaz de promover ou ser efetivamente usado para fins de melhoria da qualidade da educação e das práticas pedagógicas.

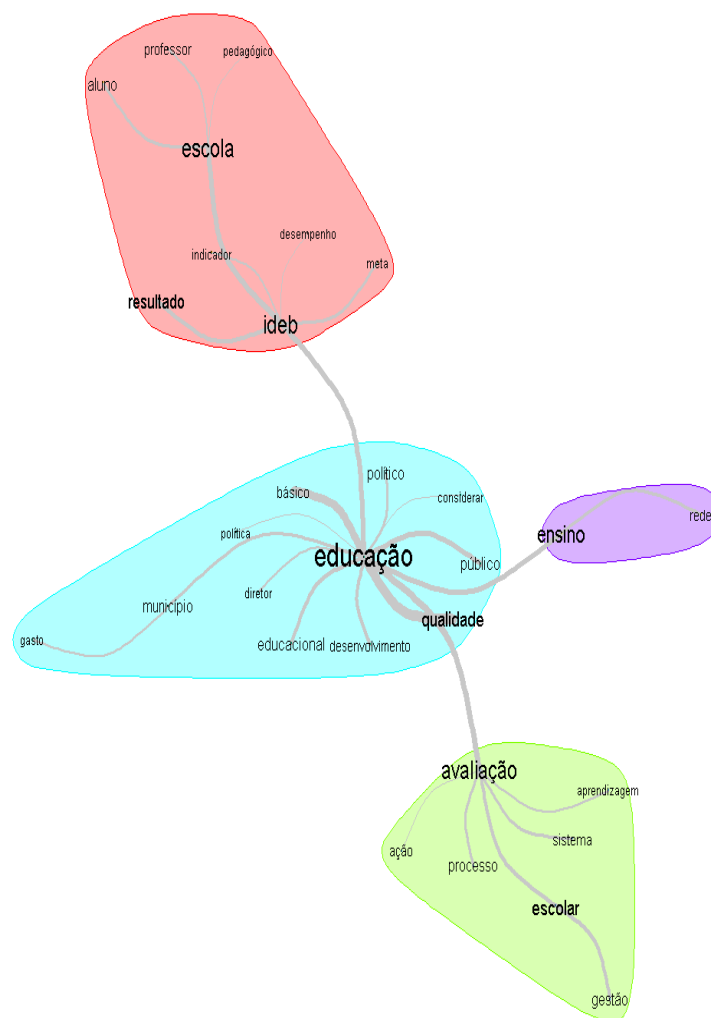
Para compreender os dois campos lexicais encontrados nos discursos e enunciados científicos sobre o IDEB. Foi necessário considerar os campos simbólicos inscritos dentro das grandes áreas de discussão e construção de conhecimento na Educação. Que tem como referências abordagens e teorias sociológicas e embasamentos filosóficos que problematizam a gestão educacional e a gestão pública a diferenciando das esferas privadas, reconhecendo que a inscrição de elementos da gestão social do setor privado na gestão pública tem por impacto a mercantilização das relações sociais e de produção, impactando processos e modificando valores sociais importantes para a democratização das sociedades. De maneira que, o campo da gestão mais atrelada a fundamentos sociológicos e filosóficos critica as ideologias do

gerencialismo adentrando na gestão escolar denunciando seu caráter mercantilizador da educação e das instituições públicas.

Além destes dois grandes campos de discursos de posicionamentos políticos e ideológicos distintos, podemos reconhecer quatro temas de discussões comuns e que se destacam. Sendo: **1)** que discute o Plano Nacional de Educação (PDE) seus impactos, processos e resultados; **2)** problematiza a Prova Brasil e o SAEB problematizando a metodologia e questões de desenho da avaliação de larga escala, seus princípios, as discussões na literatura internacional e os resultados que devem dar práticas de gestão e para as práticas pedagógicas; **3)** debate-se sobre as questões pedagógicas, o processo educativo e os princípios adotados para promoção da aprendizagem; **4)** a questão do gasto público e o desempenho auferido no cotejamento dos dados referentes aos resultados do IDEB. Na Figura 1 a seguir podemos observar um gráfico com a classificação por força da presença das palavras no léxico das discussões onde podemos observar a convergência para os diferentes temas entre os artigos analisados.

Os gráficos da Figura 1 nos facilitam visualizar e reconhecer que existem convergências entre as abordagens e temas e também que os artigos que focam na questão de análise sobre correlações entre gasto público e desempenho do IDEB e se afastam das outras discussões se centrando no gasto dos municípios e nos resultados no indicador buscando evidências de correlações positivas ou negativas.

Figura 02: Gráfico de similitude em árvore de seleção de sub-categorias do conjunto de artigos



sobre o IDEB (2017-2018)

Fonte: elaboração própria utilizando Iramuteq Alpha

Fonte: elaboração própria

Na Figura 2, podemos observar um grafo em árvore referente ao conjunto de artigos científicos analisados, nele podemos perceber a amplitude da discussão em torno da qualidade da educação e a relevância dada à avaliação de larga escala e seu impacto na escola, na gestão escolar, na aprendizagem ao mesmo tempo, que o IDEB aparece fortemente relacionado às categorias meta, desempenho e resultado da escola. Como também, podemos observar a presença da relação entre o desenho da política, o município e o gasto público. A ideia de ação

que aparece nos textos é diretamente ligada à dimensão da avaliação em larga escala e seus efeitos nos espaços sociais da educação e no território.

Por conseguinte, é importante salientar que há discussões que propõem problematizar além das análises contestatórias trazendo importantes questionamentos. Por exemplo, as análises de Figueredo et al (2018) apontam para graves problemas metodológicos e técnicos que geram fortes distorções no indicador, reduzindo muito sua eficiência e o inviabilizando tecnicamente para ser de fato um dispositivo balizador de políticas ou de distribuição de recursos públicos.

6. O IDEB NOS DISCURSOS DA IMPRENSA

As matérias da imprensa analisadas em nossa amostra se caracterizam por serem textos de divulgação dos resultados do IDEB publicados pelo INEP. Foi possível notar que as narrativas construídas se alinham pelos significantes ranking, meta e resultados. Nas notícias entre 2007 e 2017 encontramos representações do espaço e narrativas diferentes das analisadas em Godoy (2012) que ao estudar notícias e debates em redes sociais entre 2007 e 2010 identificou uma forte centralidade nas narrativas da imprensa sobre o significante ranking e a presença de comparações entre escolas e municípios com os melhores e os piores resultados.

Foi possível observar que a maioria dos textos dá um enfoque maior a questões como desempenho e avaliação, mas é o significante meta que acaba por receber maior destaque, pois ele é articulado sempre a posição no ranking do município e da escola em relação ao estado e ao país. Nas notícias há uma construção de significado que objetiva sentidos de qualidade do ensino ao alcance da meta e uma ancoragem que cria uma imagem de gestão da educação a qual responsabiliza municípios e escolas pela nota e desempenho maior, destacando os melhores desempenhos e colocando em ausência os demais. Este processo revela uma “matriz de significação” que vem sendo modificada em sua estratégia de “política do signo” (GUELMAN, 2014). Todavia, mantém seu sistema de valores intensificando o culto ao melhor desempenho.

Esta relação tem impacto inclusive na quantidade de matérias produzidas e inscritas no sistema de mediação da “psicoesfera” do espaço geográfico nacional (SANTOS, 1995), como na abordagem da narrativa, na construção da manchete da notícia e no foco em marcar os melhores desempenhos. De tal maneira, que é expressiva a quantidade de estados e regiões do país que somente noticiam informações sobre o IDEB mencionando as escolas e ou municípios que tiveram os melhores resultados. Como ainda é frequente o uso da comparação entre os

lugares de melhores resultados com os lugares de piores resultados, via uma análise de diferença por performance.

7.O IDEB EM TEXTOS DE PROJETOS DE LEI

Ao investigar a institucionalização do IDEB através de projetos de lei observamos uma racionalidade normativa e normalizadora que promove processos de ordenamento territorial. Encontramos o Projeto de Lei N.º 7.378, DE 2017 que busca estabelecer a obrigatoriedade de as escolas de ensino fundamental e médio exibirem em placa visível os seus resultados no IDEB. Podemos observar no excerto do projeto de lei a seguir, a força da racionalidade de marcar os resultados e os desempenho das escolas como forma de responsabilização pela qualidade da educação reificada pelo indicador.

O IDEB dentro de suas limitações técnicas e representacionais é um instrumento técnico e metodológico para verificação e cruzamento de informações sobre desigualdades de desempenho interno do sistema educacional. Ao ser representado como uma medida absoluta de qualidade da educação e como mediação inscreve mecanismos de *accountability todavia*, típicos de uma matriz de significação cunhada em valores da cultura do desempenho e da performatividade para fins gerencialistas.

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 5º§ 6º As escolas de ensino fundamental e médio exibirão em placa visível os dados referentes a seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e sua respectiva colocação, na forma do regulamento. § 7º A placa, que terá no mínimo meio metro quadrado, será afixada na entrada principal de cada escola e exibirá, além do índice, a classificação da escola em número ordinal referente à sua posição na ordem de classificação do seu índice do Ideb no município...” Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Justificação O Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O Ideb funciona como um indicador de monitoramento da qualidade da Educação através de dados concretos, com o qual a sociedade pode estabelecer comparações e medir a qualidade do ensino. O cálculo do Ideb é feito a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente, e as médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. A divulgação do Ideb de cada escola na entrada principal de cada uma delas incentivará o comprometimento de cada instituição de ensino em melhorar a qualidade dos seus serviços. Além disso, possibilitará ao público conhecer em que nível se encontra a escola em relação às outras do município, o que fomentará a competição saudável entre as instituições de

ensino e possibilitará que a comunidade escolar cobre dos dirigentes um aprimoramento da educação. Sala das Sessões, em 10 de abril de 2017.

Outro projeto de lei que se apropria do IDEB para a construção da normalização do ordenamento político e territorial da gestão pública no Brasil é o PL 430/2017 que via através de lei complementar inscrever na lei de responsabilidade fiscal a necessidade de se manter ou aumentar os resultados nos índices de avaliação da qualidade da educação. A argumentação do projeto de lei trabalha a ideia de responsabilização da gestão pública e do governo pelos desempenhos e eficiências representadas pelos resultados do indicador.

Art. 1º Esta Lei altera a Lei de Responsabilidade Fiscal com o objetivo de incluir na prestação de contas do Poder Executivo mecanismos de fiscalização operacional das políticas educacionais. Art. 2º Insira-se o seguinte art. 58 – A na Seção V do Capítulo IX da Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000: “Art. 58 – A. O último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) publicado pelo Ministério da Educação durante o mandato em curso, ou índice que venha a substituí-lo e que seja destinado a avaliar o desenvolvimento da educação básica, deverá ser incluído na respectiva prestação de contas. § 1º O prefeito e o governador de Estado ou do Distrito Federal deverão incluir na prestação de contas apenas os dados do índice referentes à sua unidade da Federação. § 2º A queda do índice mencionado no caput do art. 58-A, relativamente ao último índice incluído na prestação de contas da gestão anterior, caracteriza retrocesso educacional e poderá dar causa à rejeição das contas pelo órgão competente, bem como a outras medidas judiciais e administrativas cabíveis para corrigir o retrocesso e determinar o cumprimento das obrigações constitucionais e legais do Ente que as esteja violando. § 3º A prestação de contas anual deverá informar sobre o cumprimento das obrigações constitucionais e legais relativas à educação básica pública, bem como a execução dos convênios, ajustes, termos de cooperação e instrumentos congêneres celebrados entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observado o disposto no art. 211 da Constituição Federal, evidenciando os êxitos e as dificuldades encontradas para sua implementação e serão submetidas anualmente ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas.” PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2017 (Do Sr. Nilson Leitão)

A argumentação no discurso do PL 430/2017 visa institucionalizar o IDEB como um instrumento de controle dos órgãos de fiscalização do poder judiciário. De maneira, a criar uma tática de *accountability* gerencialista com foco na gestão pública, vinculando desempenho no indicador ao controle via a lei de responsabilidade fiscal.

As políticas educacionais, notadamente as da educação básica, devem ter uma segunda forma de fiscalização, complementar ao controle de legalidade, que foque nos resultados. Além disso, para que esse controle dos resultados não seja uma mera declaração de intenções, ou uma ficção, é necessário que os chefes do poder executivo respondam pelo eventual impacto negativo que suas gestões tiveram sobre a educação. Tendo em vista essas duas finalidades principais, e a necessária harmonização dessas intenções com o sistema jurídico brasileiro e a nossa tradição constitucional, entendemos que a melhor forma de alcançar nosso objetivo é através da criação de um mecanismo de “responsabilidade educacional” no âmbito da Lei de Responsabilidade Fiscal, inserindo o controle dos resultados das políticas educacionais entre as

competências dos tribunais de contas e dos poderes legislativos da Federação
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2017 (Do Sr. Nilson Leitão)

Podemos constatar nestes exemplos, evidências de que os indicadores sociais estão sendo utilizados e apropriados para uma nova fase de estratégias e táticas de *accountability* o que evidencia a universalização técnica destes objetos técnicos e sua apropriação como tecnologias de políticas para o governo das demandas do Estado-nação. Esta tendência técnica, exige que seja avaliada pela sua dimensão política e ética.

Nos parece ser de suma importância, observar com maior atenção estes fatos e as discussões sobre a relação entre indicadores sociais e os modelos de desenvolvimento. Considerando, os efeitos que suas territorializações causam nos contextos dos sistemas de práticas e de valores sociais. Porque, tornam-se cada vez mais relevantes nos processos de transformação social.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos apresentar ao debate público, uma análise da produção do IDEB e de sua função no processo de ordenamento territorial e de regulação da educação. O agenciamento da política educacional pelo Movimento Todos Pela Educação gerou a institucionalização de uma política e um indicador educacional. O fenômeno territorial analisado consiste na lógica da produção, territorialização, desterritorialização e reterritorialização do IDEB, em um processo social amplo que mobiliza estudantes, professores, gestores, expertos do INEP, consultores externos, avaliadores, formuladores de políticas, entre uma grande gama de agentes e atores que se envolvem na produção e uso do indicador. Promovendo um trabalho em prol da medida estatística como signo e significante da qualidade da Educação Básica no Brasil.

Ao analisar o IDEB como um objeto técnico a partir de Milton Santos e a territorialização do indicador a partir de Haesbaert (2013), podemos compreender que existem contradições internas em relação aos usos, que vão bem além de um mau ou bom uso de indicadores sociais porque, os usos que fazemos dos indicadores sociais são produtos de relações de produção e poder com estes objetos técnicos. Trata-se de considerar a dimensão de desenho das políticas públicas e seus instrumentos de avaliação com o cuidado de identificar os mecanismos de construção simbólica, da governamentalidade, das ideologias e de

hegemonização envolvidos, avaliando também sua matriz de significação e seu impacto cultural.

A análise da produção, territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-T) (HAESBAERT, 2013) do IDEB enquanto um objeto técnico (SANTOS, 1996) permite-nos refletir sobre os mecanismos da construção simbólica do espaço e a relação entre representações e os fluxos de ações que produzem espaços e definem as forças de ordenamento dos territórios em sua dimensão material e simbólica. Logo, permitem observar em múltiplas escalas dos campos de forças que atuam hegemonicamente no agenciamento das políticas sobre os espaços sociais da Educação e sobre o seu ordenamento territorial. Para nos perguntarmos quais tecnologias políticas e que tipos de governamentalidades estão sendo usadas para orientar os fluxos das ações no espaço e suas relações com os objetos? Quais são os impactos na vida das pessoas e se a qualidade da educação está de fato melhorando? O que dizem os professores, os estudantes e as famílias refletem o avanço nas metas do indicador? Essas perguntas nos ajudam a superar o senso comum e a lidar com as ambiguidades típicas de um campo social complexo e cheio de tensões.

Na produção, territorialização, desterritorialização e reterritorialização do IDEB, os espaços de gestão como o espaço da sala de aula, passam a ser regulados pela performatividade. Reconfigurando simbolicamente espaços sociais, espaços de representação e representações sociais do espaço, para promover legitimação das ações de Comunidades Epistêmicas na transformação do social e cultural do país. Cabe então, refletirmos sobre a natureza das transformações, suas geografias sociais e seus resultados para além das estatísticas.

Neste caso de estudo, foi possível refletir sobre uma dimensão territorial e cultural da regulação social da Educação, orientada por uma racionalidade de governamentalidade e ordenamento territorial alinhada com uma ideologia de domínio de técnicas de controle social típicas do mercado e dos setores privados sobre o social e o público. Estamos diante de uma matriz de significação e de uma política do signo que se fundamenta na performatividade como tecnologia política de ordenamento territorial. A performatividade ao ser posta em ação pelo movimento P-T-D-R, submete os espaços sociais a uma lógica de normalização e regulação social de uma governamentalidade típica do neoliberalismo. Compreendemos, portanto, que é de extrema importância ampliar a discussão pública interdisciplinar sobre o tema considerando sua complexidade e impactos na vida social e na cultura. Pois, se faz necessário debater sobre as possibilidades da produção de indicadores educacionais e sociais por outras paraxes que

considerem por exemplo, os indicadores como tecnologias sociais a serem apropriada a partir da escala do cotidiano, promovendo um paradigma emergente, a subversão a tecnocracia e outras construções de realidades e devires.

REFERÊNCIAS

ALEIKSEIVZ, Renato Alves. *Espaço e poder na reflexão de Foucault: dos dispositivos à governamentalidade*. 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ALVES, Márcia da Conceição Pereira; DE BARROS, Renata Chrystina Bianchi; CARROZZA, Guilherme. O Ideb e seus efeitos de sentido na Educação Básica do Brasil. **Revista Interfaces**, v. 9, n. 2, p. 29-40, 2018.

ARENDT, Hannah. **Filosofía y política**. Besatari, 1997.

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, 2004.

BALL, Stephen J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, v. 35, n. 2, 2010.

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005.

BARROSO, J.; DE CARVALHO, J. L. M. PISA: un instrument de régulation pour relier des mondes. **Revue française de pédagogie. Recherches en éducation**, n. 164, p. 77-80, 2008.

BONFIM, N. R. Representações sociais do espaço e ensino de geografia. IN: BONFIM, NR; ROCHA, LB (Orgs.) As Representações na Geografia. **Santa Cruz/BA: Editus/UESC**, 2012.

BRASIL, MEC; BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, ea participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, 2007.

CARVALHO, Luís Miguel; VISEU, Sofia; GONÇALVES, Catarina. Novos atores intermediários na regulação da educação em Portugal. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 27, n. 53, p. 30-42, 2018.

CARVALHO, Luís Miguel. Governando a educação pelo espelho do perito: uma análise do PISA como instrumento de regulação. **Educação & Sociedade**, v. 30, p. 1009-1036, 2009.

CARVALHO, Luís. Miguel. Multirregulação, comparações internacionais e conhecimento pericial: interpelando o PISA como provedor de conhecimentos e políticas. **Políticas públicas e educação: Regulação e conhecimento**, p. 183-206, 2011.

CHIGNOLA, S. Sobre o dispositivo. **Foucault, Agamben, Deleuze. Cadernos IHU Ideias. Ano**, v. 12., 2014

DI MÉO, Guy. Une géographie sociale entre représentations et action. **Montagnes méditerranéennes et développement territorial**, n. 23 (Numéro Spécial Représentation, Action, Territoire), p. 13-21, 2008.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia Cultural: estrutura e primado das representações. **Espaço e cultura**, n. 19-20, p. 51-59, 2005.

GUELMAN, Leonardo. A Cultura como matriz de significação: ou as políticas do signo. **Interagir: pensando a extensão**, n. 5, p. 37.

GODOY, Daniel. **Gestão da educação e controle das performatividades no Brasil: um estudo do caso do Índice de Desenvolvimento da Educação-IDEB**. 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

HADDAD, Fernando. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. MEC--Ministério da Educação, INEP--Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Del mito de la desterritorialización a la multiterritorialidad. **Cultura y Representaciones Sociales: Un Espacio para el Diálogo Transdisciplinario**, [s.l.], v. 8, n. 15, p. 9-42, 2013.

NEGRI, Antonio; HARTD, Michael. Multidão: guerra e democracia na era do Império. **Rio de Janeiro: Record**, 2005.

MARTINS, Danilo Henrique. HEIDRICH, ÁL, COSTA, BP da, PIREZ, CLZ (Org). **Maneiras de Ler Geografia e Cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. 267 p.

IVO, Andressa Aita; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Gestão educacional e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da rede municipal de ensino de Santa Maria-Rio Grande do Sul. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 163-192, 2015.

KAHIL, Samira Peduti. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Sociedade & Natureza**, v. 22, p. 475-485, 2010.

LACLAU, Ernesto. Poder e representação. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 7, p. 7-28, 1996.

LEFEBVRE, Henry; **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LYOTARD, Jean. **A condição pós-moderna**. J. Olympio, 1998.

MACHOÑ, M. et al. O conceito de comunidades epistémicas. **RECENSÃO CRÍTICA**, v. 9, n. 2, p. 2, 2018.

MILLÉO, José Carlos.. A utilização dos indicadores sociais pela geografia: uma análise crítica. **Universidade Federal Fluminense. Tese. Dout. Niterói/RJ**, 2005.

MILLÉO, José. Carlos.. Geografia e indicadores sociais: buscando o estabelecimento de bases para uma aproximação mais fecunda. **GEographia**, v. 9, n. 18, 2007.

MOSCOVICI, Serge. Des représentations collectives aux représentations sociales: éléments pour une histoire. In: **Les représentations sociales**. Presses Universitaires de France, 2003. p. 79-103.

ORTEGA, Francisco. Hannah Arendt, Foucault and the reinvention of the public space. **Trans/Form/Ação**, v. 24, n. 1, p. 225-236, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 1995
SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. O IDEB e a construção de um modelo de accountability na educação básica brasileira. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 27, n. 1, p. 07-28, 2014.

SIMMEL, George. Sociology of space. **estudos avançados**, v. 27, n. 79, p. 75-112, 2013.